

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CASA CIVIL - CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E ARQUIVO
GOVERNADOR PAULO EGYDIO MARTINS
DISCURSO DE POSSE
16 DE MARÇO DE 1975



Este produto apresenta o discurso de posse do Governador do Estado de São Paulo, PAULO EGYDIO MARTINS, publicado no Diário Oficial, no ano de 1975.

É importante observar que os textos foram digitados conforme publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

Equipe da Biblioteca da Casa Civil



**Governo do Estado de São Paulo
Biblioteca da Casa Civil**

Discurso de Posse dos Governadores do Estado

**GOVERNADOR PAULO EGYDIO MARTINS
DISCURSO DE POSSE
16 DE MARÇO DE 1975**

Foi o seguinte o discurso com que o Sr. Paulo Egydio Martins assumiu as funções de governador do Estado de São Paulo:

“Senhor Governador Laudo Natel,
Minhas Senhoras,
Meus Senhores:

Recebo, neste instante, o Governo do Estado de S. Paulo. Caber-me-à dirigir-lhe os destinos durante os próximos quatro anos. A honra suprema da investidura não me tolda a visão nítida da responsabilidade que passa a recair sobre os meus ombros, de hoje em diante. Este momento, sobre todos solene, marca o início de nova fase da história político-administrativa da terra bandeirante. E é essa compreensão sincera de que se trata apenas de nova fase, em continuação de uma mesma história, que me dá a esperança de levar a bom termo o encargo agora recebido, desde que não me falte a colaboração estimulante dos meus conterrâneos. É a inspiração colhida nos lances gloriosos da nossa história comum, que me dá confiança para cumprir a missão que ora principia.

Revezam-se, no comando, os dirigentes. Mas a terra é a mesma. O mesmo é o povo. As mesmas as aspirações por uma vida cada vez mais digna, cada vez mais humana, cada vez mais próspera, dentro de uma sociedade cujo dogma fundamental seja o respeito mútuo por aquilo que distingue o homem de todos os demais seres: uma vontade livre, que a inteligência guia pelos caminhos do bem e da verdade”.

Continuidade de princípios

“Se, desde antes, a fidelidade à nossa história nunca nos permitiu desvios irrecuperáveis, a partir de 1964, as mudanças de governo não significam alterações de base, pois, quaisquer que sejam os dirigentes estaduais ou federais, mantêm-se a continuidade dos princípios que inspiraram a vitória de 31 de março. Graças a essa continuidade de princípios e de idéias, não cessou o esforço pela recuperação econômica, pela melhoria do nível geral de vida e pelo aperfeiçoamento das instituições políticas do país, através destes onze anos em que se desdobrou a ação revolucionária, sob a presidência do marechal Castelo Branco, cujo nome evoco sempre com carinhosa reverência, do marechal Costa e Silva e dos generais Emílio Médici e Ernesto Geisel.

Orientando-se por uma diretriz que viu sempre a nação globalmente, como um todo, os governos da Revolução – federais ou estaduais – ao mesmo tempo que atingiam, com êxito absoluto, as suas metas econômicas, buscavam fortalecer a unidade nacional, eliminando diferenças, soldando, em definitivo, as fissuras que ameaçavam abrir-se em rachaduras profundas e que acabariam por justificar a existência dos “dois brasis” , da observação de famoso sociólogo francês. Foi um Brasil só que a Revolução procurou construir, voltando suas preocupações para as áreas menos desenvolvidas e dando-lhes a atenção e o auxílio necessários para que pudessem, devidamente aparelhadas e amparadas, perseguir na senda de progresso já atingida por outros Estados”.

Modelo político

“Os êxitos conseguidos nesses setores não foram, entretanto, acompanhados com igual velocidade, no terreno político, embora, desde o início, tenha a Revolução dado os



Governo do Estado de São Paulo Biblioteca da Casa Civil

Discurso de Posse dos Governadores do Estado

primeiros passos para a criação e elaboração de um modelo político original, plasmado sobre a nossa realidade.

O Presidente Geisel, a quem o Brasil já deve tanto, em tão pouco tempo, e cujas preocupações pela área política são uma constante, tem reclamado, mais de uma vez, que a imaginação dos nossos homens públicos colabore no aperfeiçoamento desse modelo, dando-lhe feição definitiva. Feição que a inteligência criadora desses mesmos políticos, com os olhos postos no presente, mas lançando vistas para o passado e sobre o futuro, sintam ser a mais conveniente e a mais oportuna para ajustar a vida pública à nossa maneira de ser, garantindo a estabilidade das instituições, pela continuidade do desenvolvimento global e da segurança, suas pedras basilares.

Em 1922, partiu daqui de São Paulo, com a Semana de Arte Moderna, o movimento que procurou mergulhar-nos nas raízes de nós mesmos, buscando o cerne da brasilidade, para que, libertando-nos da avassaladora influência estrangeira, o Brasil encontrasse em si mesmo e através do seu próprio caminho, a rota do seu destino. Desde então, o País persegue esse programa de fidelidade a si próprio com intervalos de mais ou menos intensidade, mas sem perder de vista o objetivo final. Com a Revolução de 1930 e, depois, ainda mais, com a de 1964, acentuou-se o espírito renovador de 22, “manifestado especialmente pela arte, mas manchando também com violência os costumes sociais e políticos”, como disse um de seus adeptos. A busca de um Brasil autêntico, em todas as suas feições e características, tem sido uma das metas da Revolução.

O exame mais ligeiro do atual momento da vida brasileira mostrará, à sociedade, o desajuste crescente entre a sua expansão econômica, a sua organização administrativa, o seu equilíbrio social, de um lado, e, de outro, debilitada como que se estiolando, a vida política.

É verdade que não só em nosso País, mas em todo o mundo, é sensível o desgaste dos órgãos mais acentuadamente políticos. A crise do Poder Legislativo, que já antes da Primeira Grande Guerra vinha sendo observada, recrudescceu em nosso tempo, como notou Milton Campos em notável ensaio sobre os parlamentos estrangeiros. E para deter o chamado “crepúsculo dos parlamentos”, ou seja, o declínio da vida política – da qual eles são o oxigênio – estudos, seguidos de medidas para a modernização, a atualização e a adaptação dessas Assembléias, têm sido realizados em profundidade. Aqui mesmo, no Brasil, experimentamos, ontem e há pouco, fazer algo de positivo nesse sentido, quando se dinamizou o Congresso Nacional.

A classe política procura o seu rumo definitivo mas, apesar dos meritórios esforços empreendidos, ainda não pôde oferecer ao País as novas instituições políticas que ele espera, para a garantia da sua estabilidade democrática, para sempre abandonados os vícios do passado, que tanto mal lhe fizeram e que são os responsáveis pelos eclipses democráticos em que nos vimos submergidos.

Bertrand Russel, que apreciava tomar aos poetas epígrafes para os seus livros de filosofia política, cita, de Shelley, a observação onde se afirma que uma das mais sórdidas criações do tempo, mais perniciosas, mesmo, que a fraude, é o “velho costume”. O “velho costume”, sim, o hábito enraizado, que, bloqueando a visão do que se está passando à nossa frente e é conhecido de todos como impróprio, obsoleto, anacrônico, assim mesmo leva ao receio das mudanças, alterações ou reparos que se impõem, opondo-se a que se promovam as inovações reclamadas pela necessidade.”

Lição para meditar

“Desde 1964, as classes armadas não têm hesitado em clara, aberta e corajosamente buscar novos caminhos, cumprindo a missão histórica que lhes têm sido imposta desde a República, quando passaram a ser, de fato, o poder moderador que existiu de direito, durante o Império.

Esta é uma lição para meditar. É chegada a hora de a classe política debruçar-se sobre a realidade e os fatos, para de ambos extrair os dados positivos e necessários às reformulações que se fazem imperiosas, preservada a nossa tradição profundamente



Governo do Estado de São Paulo Biblioteca da Casa Civil

Discurso de Posse dos Governadores do Estado

democrática, tanto no campo social como no político. Esta é a contribuição que se espera dela e que ela é capaz de dar.

Saneado o País e devolvido à normalidade democrática, o poder moderador de fato terá cumprido a sua missão. Entretanto, deixará um vazio. A história republicana demonstra que esse vazio não deve existir. Urge, por isso, dar as costas ao “velho costume” e encarar, frente a frente, a necessidade de pensar em alguma instituição que exerça a função de poder moderador de direito, nas horas cruciais e asfixiantes das grandes crises.”

Instituições fundamentais

“Nas Sociedades Abertas e Pluralistas como a nossa, a legitimidade das Instituições Políticas Básicas deve pairar acima das controvérsias partidárias. As divergências das correntes de opinião, sempre salutares e fecundas, não devem atingir os fundamentos do regime, depois de instaurado ele pelo Conselho Livre da Nação. O segredo da estabilidade dos regimes inglês e americano está no intocável respeito pelas instituições políticas fundamentais, que adotaram.

Entre nós e em muitos outros países, desenvolvidos ou em desenvolvimento, as lutas partidárias descambam, com frequência, para o ataque às próprias bases do regime.

Quando isso acontece, o resultado eleitoral não satisfaz os vencidos, que se voltam contra os próprios fundamentos do regime político, os quais tentam mudar pela violência.

Se atentarmos para a nossa vida política nos anos que antecederam a revolução de 30, e desta à revolução de 64, verificaremos que as regras do jogo sempre foram postas em dúvida, que o resultado dos pleitos nunca satisfaz plenamente as classes dirigentes, nunca mereceu aceitação pacífica das correntes políticas.

Por isso mesmo, se muitas vezes a atmosfera política pareceu tranqüila, nunca tivemos uma perfeita estabilidade governamental.

Travem-se as lutas e as discussões em torno das idéias, da ação dos homens, da orientação dos Governos, dos programas administrativos, que isso é próprio, é da essência do regime democrático, que é o da nossa vocação. Mas respeitem-se, guardem-se, preservem-se as instituições, que elas, e só elas, são as guardiãs da estabilidade dos regimes e da confiança que depositamos naqueles que o encarnam momentaneamente, através do poder que lhes é dado para ser exercido em benefício do povo e do Estado, dentro dos limites constitucionais”.

Tarefa inadiável

“Trabalhar, pensar, criar para nosso próprio uso e vantagens, o modelo político original que precisamos, é tarefa já agora inadiável. Um modelo que torne impossível o descompasso entre o desenvolvimento econômico, que conseguimos depois de 1964, o desenvolvimento social, que começamos a lograr a partir de 1974, e o desenvolvimento político, que precisamos atingir quanto antes.

Não há mais o que esperar e porque esperar. O desenvolvimento político é função específica e precípua dos partidos. É sua atividade natural. O governo pode, no máximo, criar estímulos para essa atividade. É o que o Presidente Geisel está empenhado em realizar, conforme declarou, há poucos dias, em sua mensagem ao Congresso Nacional.

“Esta legislatura deverá, assim o permita Deus, coincidir com a fase de meu governo em que espero afirmar a importância da ação política”.

Daí, concomitantemente, a oportunidade de se dar estrutura mais sólida, maior coesão e maior expressão aos partidos políticos. O resultado do último pleito, visto agora, à distância das paixões, dos entusiasmos e das lamentações do primeiro momento, pode e deve ser considerado como simples manifestação de um estado de espírito, desse mesmo espírito que, por ser momentâneo e vário, dá colorido e vitalidade às democracias, voltando-se, conforme as circunstâncias, ora para um lado, ora para



Governo do Estado de São Paulo Biblioteca da Casa Civil

Discurso de Posse dos Governadores do Estado

outro. Não significou uma tomada de posição duradoura, nem uma filiação permanente a qualquer facção política.”

Respeito à oposição

“Não se entenda e não se veja, nestas palavras, a menor intenção de minimizar os resultados do último pleito. No jogo democrático, eles são inteiramente normais. Democrata por formação, pelo meu passado e por convicção inabalável, jamais daria um passo para contrariar ou desvirtuar a vontade das urnas. Elas me indicaram que devo governar com o meu partido em minoria na Assembléia. Obedecerei. De mim, não partirá qualquer iniciativa para falsificar as posições apontadas pelo eleitorado. Nas democracias, as oposições são tão legítimas quanto os governos, e não são raros os governos de partidos minoritários. Disto não advirá nenhum prejuízo, se governo e oposição souberem cumprir honestamente o seu dever, respeitando-se mutuamente, não esquecendo que só existem para trabalhar pelo bem comum da sociedade a que servem e que, portanto, terão caminhos coincidentes sempre que a felicidade do povo o exigir.

Da mesma forma que pretendo respeitar a Oposição em Oposição leal, espero ter, do meu partido, o apoio franco que não lhe negarei, dentro dos princípios da moralidade e da vida política sã.

Mas, antes de tudo, serei o governador de S. Paulo e, como tal, isento de facciosismos. O governo é de todos; impõe-se governar para todos e com todos. Para todos e com todos desejo governar.”

Agradecimento do Estado

“Senhor governador Laudo Natel:

Honra-me receber das mãos de vossa excelência o governo do Es-*(falta pedaço do texto)* zes, o ocupastes, e, por duas vezes o ocupastes e, por duas vezes, a dedicação com que desempenhastes vosso mandato – tão alto quanto espinhoso – granjeou para vossa excelência o reconhecimento dos paulistas.

Se o esforço principal do governo cujo mandato ora termina concentrou-se – sem que outras áreas tivessem sido descuradas – em levar o desenvolvimento para o interior, acredito, e todos comigo, que muito trabalhastes para atingir este alvo de tão grande alcance para o Estado.

Fazer das cidades interioranas, tanto quanto possível, cidades prósperas, estimulando o seu comércio e incrementando a sua indústria, alargando-lhes a rede de ensino, criando-lhes condições para a existência de uma vida cultural, é tarefa que procurastes desempenhar com devotado e largo tirocinio. Bastaria isto, se potros motivos não houvessem, para credenciar-vos à gratidão do povo bandeirante.

Em nome deste e do meu próprio, senhor governador Laudo Natel, apresento-vos os agradecimentos do nosso Estado.”

Presença de São Paulo

“A experiência e o passado político de São Paulo, que o mostram, desde os primórdios da República, cooperando valiosamente com os governos que a inauguraram e, em seguida, consolidando-a com o famoso tríptico de presidentes paulistas – Prudente de Moraes, Campos Salles, Rodrigues Alves – até a Revolução de 31 de março de 1964, quando foi decisiva a nossa participação para salvar o País do caos que quase o tragava, autorizam-me a pensar, sem vanglória, que podemos contribuir para que, ao Brasil, neste momento, se abram perspectivas para uma larga forma política.

Unidos, coesos, todos quantos habitamos o território de São Paulo, paulistas ou não, brasileiros ou não, haveremos de trabalhar juntos, com o mesmo afinco, com a mesma fé, para o êxito comum. O êxito de um governo, qualquer que ele seja, nunca pertence apenas ao Governador, nem mesmo a este e à sua equipe de colaboradores diretos. Pertence a todos, governantes e governados. É obra comum, para a qual todos



**Governo do Estado de São Paulo
Biblioteca da Casa Civil**

Discurso de Posse dos Governadores do Estado

precisam trazer a sua contribuição. É esta colaboração que peço e espero com os olhos postos no futuro.

Sejam minhas palavras, neste instante, palavras de fé e de esperança. Esperança de que, com ajuda de Deus e a boa vontade dos homens, o Governo que hoje se instala trabalhe e construa, sem desfalecimento, a segurança, a ordem, a tranqüilidade, o progresso e o desenvolvimento cada vez maiores de São Paulo.

São Paulo merece tudo de nós. Tudo estamos dispostos a dar-lhe. Esperamos tudo fazer por ele. Não esperamos somente. Temos fé. Temos fé em fazer, para que a espera não seja eterna. Se tivermos esta fé, "de repente" - É verso de Vinícius - "De repente nunca mais esperaremos..."

DOE, Poder Executivo, 16/03/1975, p. 1-2
